

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE – FURJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em Reais)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Fundação Educacional da Região de Joinville – FURJ – é uma instituição de personalidade jurídica, com autonomia didático-científica, administrativa, financeira e disciplinar, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Joinville/SC, criada pela Lei Municipal nº 1.423, de 22 de dezembro de 1975, alterada pela Lei Municipal nº 1.490, de 10 de dezembro de 1976.

A FURJ tem por finalidade manter a Universidade da Região de Joinville – Univille – e pode criar unidades objetivando o desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão e da prestação de serviços em todos os níveis e por todas as formas ao seu alcance. Seu patrimônio, suas receitas, despesas e superávits são aplicados exclusivamente na realização de seus objetivos e atividades institucionais.

NOTA 2 – BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas – aprovado pela Resolução CFC nº 1.255/09, bem como da Lei nº 11.638/07, da Lei nº 11.941/09 e da Resolução CPC nº 14.091/12. Desta forma, a Instituição alinha-se também aos International Financial Reporting Standards for Small and Medium-sized Entities (IFRS for SMEs) emitido pelo IASB – International Accounting Standards Board.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 Classificações de Itens Circulantes e Não-Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.2 Compensação entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e essa compensação reflete a essência da transação.

3.3 Instrumentos Financeiros

A Instituição classifica como instrumentos financeiros básicos os seguintes:

- (a) Caixa e equivalentes de caixa; e,
- (b) Instrumentos de dívida.

Os instrumentos de dívida incluem as contas a receber e a pagar e os empréstimos a pagar, e estes são avaliados nas datas dos balanços pelo custo amortizado.

3.4 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Instituição, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

3.5 Contas a Receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de alunos pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Instituição.

As contas a receber inicialmente são reconhecidas pelo valor justo. Normalmente na prática são reconhecidas pelo valor de emissão ajustado a valor presente e pela provisão para *impairment*, se necessária.

3.6 Estoques

Os estoques referem-se a materiais didáticos, de manutenção em geral e de livros produzidos pela Editora, suficientes para o andamento das atividades da Instituição. Esses estoques estão avaliados pelo custo médio de aquisição, que é inferior ao valor de mercado.

3.7 Imobilizado

Todos os itens do imobilizado são apresentados pelo custo menos depreciação acumulada. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e em condição necessária para que seja capaz de funcionar da maneira pretendida pela administração.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriados, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e quando o custo do item puder ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada, como segue:

Edificações	40 anos
Máquinas	7 a 30 anos
Veículos	20 anos
Móveis e Utensílios	15 anos
Equipamentos de Informática	5 a 20 anos
Acervo Bibliográfico	15 anos

Em 2009 a Instituição efetuou revisão e mudança de estimativa no cálculo da depreciação de seus ativos imobilizados, sendo os efeitos registrados prospectivamente a partir da data dessa revisão.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriados, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.8 Intangível

Os *softwares* são reconhecidos pelo custo, que compreende seu preço de compra mais qualquer custo diretamente atribuível à elaboração do ativo para a finalidade pretendida. Todos os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos dos *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil, que foi estimada em 10 anos, pelo método da linha reta.

3.9 Valor Recuperável (*Impairment*) de Ativos Não-Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). Os ativos não-financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados para a análise de uma possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras.

3.10 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo.

3.11 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate (pagamentos) é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.12 Provisões

Foram constituídas provisões para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis, considerando-se as prováveis perdas de acordo com os pareceres jurídicos sobre os processos em andamento na data do balanço.

3.13 Arrendamentos

Arrendamento mercantil financeiro é aquele em que há transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. O título de propriedade pode ou não vir a ser transferido.

Os arrendamentos mercantis financeiros são registrados como ativos e passivos similarmente a operações de financiamento por quantias iguais ao valor justo do bem arrendado ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, cada um determinado no início do arrendamento mercantil. Os pagamentos do arrendamento mercantil são segregados entre encargo financeiro lançado ao resultado e redução do passivo em aberto.

3.14 Subvenções Governamentais

Subvenções governamentais, inclusive subvenções não monetárias a valor justo, somente são reconhecidas no resultado quanto existe segurança de que: (a) a Instituição cumpriu todas as condições estabelecidas; e (b) a subvenção será recebida. A contabilização é a mesma independentemente de a subvenção ser recebida em dinheiro ou como redução de passivo.

Uma subvenção governamental é reconhecida em base sistemática como receita ao longo do período que é confrontada com as despesas que pretende compensar.

3.15 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.16 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Instituição se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) *impairment* dos ativos imobilizados e intangíveis; e,
- c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto com a assessoria jurídica da Instituição.

NOTA 4 – GERENCIAMENTO DE RISCO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento às Resoluções CFC nºs 1.196/09, 1.197/09 e 1.198/09, de 21 de outubro de 2009, que aprovaram os Pronunciamentos Técnicos CPC nºs 38 e 39, a Instituição revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- a) **Recebíveis:** São classificados como recebíveis os numerários em caixa, depósitos bancários disponíveis e contas a receber, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização;
- b) **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa por serem de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado;
- c) **Outros passivos financeiros:** São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes, que são avaliados pelo custo amortizado;

- d) **Valor justo:** Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis; e,
- e) **Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros:** A Administração da Instituição realiza o gerenciamento da exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

Risco de Crédito

Esses riscos são administrados por critérios rigorosos de análise de crédito e estabelecimento do limite de exposição para cada cliente, ajustados periodicamente conforme o comportamento do risco apresentado.

Risco com taxa de juros

A Instituição monitora continuamente o comportamento das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

NOTA 5 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Ativos financeiros conforme Balço patrimonial	31/12/2012			31/12/2011		
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total
Caixa	-	5.359	5.359	-	5.799	5.799
Equivalentes de caixa	-	836.840	836.840	-	868.741	868.741
Aplicações financeiras	940.249	-	940.249	818.315	-	818.315
Cientes	-	21.613.498	21.613.498	-	17.392.210	17.392.210
Parcela circulante	940.249	22.455.697	23.395.946	818.315	18.266.750	19.085.065
Cientes	-	12.502.795	12.502.795	-	12.818.777	12.818.777
Parcela não circulante	-	12.502.795	12.502.795	-	12.818.777	12.818.777
Total dos ativos financeiros	940.249	34.958.492	35.898.741	818.315	31.085.527	31.903.842

NOTA 6 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2012	2011
Caixa	5.359	5.799
Bancos – conta movimento	516.341	549.087
Bancos – conta convênio	257.104	319.654
Aplicações financeiras	940.248	818.315
Bancos – conta garantia	63.395	-
Total de caixa e equivalentes	1.782.447	1.692.855

NOTA 7 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E DEMAIS CONTAS A RECEBER

	2012	2011
Contas a receber de clientes	26.142.012	25.266.635
Contas a receber – convênios	4.629.203	2.233.759
<i>Impairment</i> (provisão para perdas)	(9.157.717)	(10.108.184)
Contas a receber de clientes	21.613.498	17.392.210
Créditos a funcionários	3.323.719	200.475
Adiantamentos a terceiros	273.813	18.115
Impostos a recuperar	-	449
Despesas a apropriar	10.216	18.430
Outros créditos	71.367	482.076
Aplicações financeiras – convênios	141.042	14.403
Parcela circulante	25.433.655	18.126.158
Pró-estudante	1.004.922	1.422.709
Prefeitura Municipal de Joinville	11.268.343	11.268.343
Cursos de graduação e outros	258.234	173.874
AVP de clientes (–)	(28.704)	(46.149)
Parcela não circulante	12.502.795	12.818.777
Total a receber de clientes	34.116.293	30.210.987
Total das demais contas a receber	3.820.157	715.518
Total geral	37.936.450	30.926.505

AGING LIST

	2012	2011
Títulos vencidos		
Até 30 dias	1.305.293	1.000.896
De 30 a 60 dias	975.206	345.878
De 60 a 180 dias	2.709.122	2.362.977
Acima de 180 dias	22.870.554	25.078.527
Total de títulos vencidos	27.860.175	28.788.278
Títulos a vencer		
Acima de 90 dias	6.256.118	1.422.709
Total de títulos a vencer	6.256.118	1.422.709
Total de contas a receber	34.116.293	30.210.987

Os empréstimos e financiamentos bancários da Instituição estão garantidos por duplicatas no valor de R\$ 11.574.640.

A Instituição tem ação movida contra a Prefeitura Municipal de Joinville, por conta dos repasses da Lei Orgânica Municipal, com processo nº 038.08.009163-3, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis com base na avaliação dos assessores jurídicos.

NOTA 8 – ESTOQUES

	2012	2011
Materiais de expediente	17.833	23.438
Materiais de informática	54.864	78.662
Materiais odontológicos	33.606	48.649
Materiais de limpeza	3.353	1.995
Materiais para brindes	24.383	16.262
Materiais de manutenção	19.810	18.139
Estoque de livros	310.202	283.858
Total dos estoques	464.051	471.003

NOTA 9 – IMOBILIZADO

	Terrenos	Edific. e benf.	Máquinas e equip.	Equip. de info.	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Imobiliz. Andam.	Total
Taxas de depreciação		3%	3% a 14%	5% a 20%	7%	5%	7%		
Em 31 de dezembro de 2010									
Custo	130.086.739	94.494.855	11.398.770	7.335.545	5.084.690	149.648	2.450.585	2.590.715	253.591.547
Dep. acum. e impairment	-	(9.114.576)	(6.747.741)	(5.657.061)	(2.666.081)	(45.730)	(571.882)	-	(24.803.071)
Valor líquido contábil	130.086.739	85.380.279	4.651.029	1.678.484	2.418.609	103.918	1.878.703	2.590.715	228.788.476
Saldo inicial	130.086.739	85.380.279	4.651.029	1.678.484	2.418.609	103.918	1.878.703	2.590.715	228.788.476
Adições	-	1.800.472	464.013	294.109	174.847	120.400	113.059	1.305	2.968.205
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificações	-	17.447	735.468	1	(2)	-	(752.916)	1	(1)
Depreciação	-	(2.317.487)	(516.895)	(548.940)	(259.790)	(12.428)	(364.958)	-	(4.020.498)
Baixas da depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	130.086.739	84.880.711	5.333.615	1.423.654	2.333.664	211.890	873.888	2.592.021	227.736.182
Em 31 de dezembro de 2011									
Custo	130.086.739	96.312.774	12.598.251	7.629.655	5.259.535	270.048	1.810.728	2.592.021	256.559.751
Dep. acum. e impairment	-	(11.432.063)	(7.264.636)	(6.206.001)	(2.925.871)	(58.158)	(936.840)	-	(28.823.569)
Valor líquido contábil	130.086.739	84.880.711	5.333.615	1.423.654	2.333.664	211.890	873.888	2.592.021	227.736.182
Saldo Inicial	130.086.739	84.880.711	5.333.615	1.423.654	2.333.664	211.890	873.888	2.592.021	227.736.182
Adições	-	4.725.284	977.378	216.864	588.532	-	152.791	313.647	6.974.496
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências/Ajustes	-	56.618	495.925	(1.526.824)	967.770	3.583	2.928	-	-
Depreciação	-	(2.230.089)	(736.177)	(424.196)	(347.733)	(13.384)	(107.295)	-	(3.858.874)
Baixas da depreciação	-	377.200	(434.855)	1.084.051	(943.672)	(1.372)	(81.352)	-	-
Saldo final	130.086.739	87.809.724	5.635.886	773.549	2.598.561	200.717	840.960	2.905.668	230.851.804
Em 31 de dezembro de 2012									
Custo	130.086.739	101.094.676	14.071.553	6.319.695	6.815.837	273.631	1.966.448	2.905.668	263.534.247
Dep. acum. e impairment	-	(13.284.952)	(8.435.667)	(5.546.146)	(4.217.276)	(72.914)	(1.125.488)	-	(32.682.443)
Valor líquido contábil	130.086.739	87.809.724	5.635.886	773.549	2.598.561	200.717	840.960	2.905.668	230.851.804

A Instituição procedeu à avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, atendendo ao Pronunciamento Técnico CPC 27, o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil, e a Interpretação Técnica ICPC 10.

Nas demonstrações a depreciação foi lançada conforme segue: R\$ 560.082 para custos (R\$ 524.652 em 2011) e R\$ 3.298.792 para despesas administrativas (R\$ 3.495.845 em 2011).

Metodologia utilizada para determinar o cálculo da depreciação

Para cada família de itens a Instituição revisou a vida útil em 31/12/2012, de acordo com os critérios a seguir. A base adotada para determinar o novo cálculo da depreciação foi a política da Instituição, que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens a Instituição revisou a vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

- Política de renovação dos ativos;
- Inspeção *in loco* de todas as unidades avaliadas;
- Experiência da Instituição com ativos semelhantes;
- Experiência da Instituição com vendas de ativos semelhantes;
- Inventários físicos de todas as unidades avaliadas;
- Informações contábeis e controle patrimonial;
- Especificações técnicas;
- Conservação dos bens; e,
- Política de manutenção, visando salvaguardar os ativos.

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos internos foram o estado de conservação dos bens, a evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos e a experiência da Instituição com seus ativos.

NOTA 10 – INTANGÍVEL

Softwares

Em 31 de dezembro de 2010

Custo	789.943
<u>Amort. acum. e impairment</u>	<u>(230.565)</u>
Valor líquido contábil	559.378

Em 31 de dezembro de 2011	
Saldo Inicial	559.378
Adições	166.848
Baixas	-
Amortização	(89.803)
Baixas da amortização	-
Saldo final	636.423

Em 31 de dezembro de 2011	
Custo	956.791
Amort. acum. e <i>impairment</i>	(320.368)
Valor líquido contábil	636.423

Em 31 de dezembro de 2012	
Saldo Inicial	636.423
Adições	353.889
Baixas	-
Transferências/Ajustes	-
Amortização	(199.722)
Baixas da amortização	-
Saldo final	790.590

Em 31 de dezembro de 2012	
Custo	1.310.680
Amort. acum. e <i>impairment</i>	(520.090)
Valor líquido contábil	790.590

A amortização no resultado foi lançada integralmente na rubrica de “despesas administrativas”.

NOTA 11 – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS

Anualmente ou quando houver indicação de que uma perda foi sofrida, a Instituição realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes incluindo o ágio (quando houver), para determinar se esses ativos sofreram perdas por *impairment*.

Esses testes são realizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Em 31 de dezembro de 2012 a Instituição realizou o teste de recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos, não sendo identificadas perdas por *impairment*.

NOTA 12 – FORNECEDORES E OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2012	2011
Fornecedores nacionais	2.149.516	1.172.932
Contas a pagar a fornecedores	2.149.516	1.172.932
Obrigações sociais	9.907.906	6.004.655
Obrigações fiscais	129.437	229.233
Outras exigibilidades	1.514.499	202.983
Parcela circulante	11.551.842	6.436.871
Total a pagar a fornecedores	2.149.516	1.172.932
Total de outras contas a pagar	11.551.842	6.436.871
Total geral	13.701.358	7.609.803
Não circulante		
Outras exigibilidades	860.000	-
Parcela não circulante	860.000	-

NOTA 13 – INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	2012	2011
Circulante		
Capital de giro	9.191.947	7.189.118
Financiamentos	428.285	323.244
Arrendamentos financeiros	-	3.769
Total circulante	9.620.232	7.516.131
Não circulante		
Financiamentos	1.601.312	428.326
Arrendamentos financeiros	-	-
Total não circulante	1.601.312	428.326
Total de empréstimos e financiamentos	11.221.544	7.944.457
Taxas		
Capital de giro	De 0,8% a 1,1% ao mês	
Financiamentos longo prazo	TJPL + de 2,5% a 1,8% ao ano	
Arrendamentos financeiros	1,5% a 2% ao mês	
	2012	2011
Por data de vencimento		
Em até 6 meses	4.782.671	4.749.670
De 6 meses a 1 ano	5.090.515	2.708.932
De 1 a 2 anos	535.539	329.872
De 2 a 3 anos	361.673	155.983
De 3 a 4 anos	341.554	-
De 4 a 5 anos	109.592	-
Total de empréstimos e financiamentos	11.221.544	7.944.457

	2012	2011
Por tipo de moeda		
Reais	11.221.544	7.944.457
Total de empréstimos e financiamentos	11.221.544	7.944.457
	2012	2011
Por indexação		
Taxas pré-fixadas	9.191.947	7.113.595
Taxa pós-fixadas	2.029.597	830.862
Total de empréstimos e financiamentos	11.221.544	7.944.457

Os empréstimos e financiamentos bancários da Instituição estão garantidos por duplicatas no valor de R\$ 11.574.640 em 31/12/2012.

Foi dado como garantia, além das duplicatas, um terreno situado em Joinville, no Bairro Jativoca, com 236,25 m², registrado sob a matrícula nº 11.178, avaliado em R\$ 850.000, um terreno situado em Joinville, no Bairro Bom Retiro, situado à Rua Tenente Antônio João, 1.005,28 m², registrado sob a matrícula nº 100.090, no valor de R\$ 1.840.000 e um terreno situado em Joinville, no Bairro Centro, situado à Rua Ministro Calógeras, 2.390,60 m², registrado sob a matrícula nº 26.919, no valor de R\$ 2.500.000.

NOTA 14 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Instituição mantém provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco “provável” pelos assessores jurídicos externos. A administração da Instituição prevê que a provisão para contingência constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte dessas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionados aos processos em discussão.

	Trabalhistas e cíveis	Tributárias	Total
Em 31 de dezembro de 2010	1.231.089	53.649.817	54.880.906
Constituída durante o exercício	246.859		246.860
Reversão de provisões	(698.849)		(698.849)
Em 31 de dezembro de 2011	779.099	53.649.817	54.428.916
Constituída durante o exercício	-		-
Reversão de provisões	(455.931)		(455.931)
Em 31 de dezembro de 2012	323.168	53.649.817	53.972.985
Depósitos judiciais relacionados	24.790	16.882.377	16.907.166
Efeito líquido	298.378	36.767.440	37.065.819
Parcela de curto prazo	-	-	-
Parcela de longo prazo	323.168	53.649.817	53.972.985
Em 31 de dezembro de 2012	323.168	53.649.817	53.972.985

Adicionalmente a Instituição tem ações de natureza cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis com base na avaliação dos assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída. Em 31/12/2012 essas contingências representavam um montante de R\$ 111.501.

A Instituição possui ainda uma ação de natureza tributária, referente a imposto de renda retido na fonte do período de 06/01/1999 a 18/01/2005, execução fiscal nº 5003865-73.2010.404.7201, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis com base na avaliação dos assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída. Em 31/12/2012 essas contingências representavam um montante de R\$ 10.466.295.

NOTA 15 – RECEITA DE SERVIÇOS

	2012	2011
Receita cursos de graduação	79.919.448	73.620.997
Receita cursos pós-graduação <i>lato sensu</i>	1.710.095	2.002.220
Receita cursos de mestrado e doutorado	1.526.809	1.533.958
Receita Colégio da Univille	4.640.298	3.684.699
Receita prestação de serviços	5.565.855	4.422.802
Repasses governamentais	6.582.624	5.087.596
Academia	261.629	221.653
Receitas com venda de livros	44.971	-
Intercambistas	15.132	15.091
AVP de clientes (-)	12.451	(26.526)
Receita operacional bruta	100.279.312	90.562.490
(-) Cancelamentos e desistências	(3.436.669)	(1.972.083)
(-) Bolsas de estudo	(1.386.965)	(1.148.048)
(-) Bolsas de Estudos - Assistência Social	(12.672.404)	(9.947.322)
(-) Subvenções de bolsa de estudos	(4.869.018)	(4.836.477)
Receita de vendas	77.914.257	72.658.560

NOTA 16 – RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2012	2011
Receitas financeiras		
Rendimentos aplicações financeiras	165.898	260.800
Receitas com juros e multa por atraso	2.258.336	1.733.649
Outras receitas financeiras	525.747	768.885
Variação cambial e monetária	25.157	-
Receita financeira de vendas	2.554	685
Descontos obtidos	11.672	1.783
Total das receitas financeiras	2.989.364	2.765.802
Despesas financeiras		
Encargos financeiros e bancários	(231.678)	(235.191)
Descontos concedidos	(285.720)	(223.162)
Variação cambial e monetária	(45.440)	(1.170)
Juros e multas de mora	(71.402)	-
Juros sobre financiamentos	(831.427)	(801.071)
Outras despesas financeiras	(714)	(437)
Despesas cartorárias	(9.002)	(10.176)
Total das despesas financeiras	(1.475.383)	(1.271.207)
Resultado financeiro líquido	1.513.981	1.494.595

NOTA 17 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2012	2011
Outras receitas operacionais		
Receitas com taxas	624.833	633.095
Receitas diversas	280.944	111.169
Receitas com patrocínio e alugueis	46.396	5.116
Receitas com doações	129.964	31.400
Outras receitas	2.137	40.273
Outras despesas		
(-) Baixa do imobilizado	-	-
Outras receitas e despesas	1.084.274	821.053

NOTA 18 – COBERTURA DE SEGUROS

Os bens da Instituição estão segurados conforme discriminado a seguir:

Modalidade	Objeto	Cobertura	Vigência
Patrimonial	Campus - incêndio, tumulto, greves	R\$ 37.585.500	30/05/2012 a 30/05/2013
Responsabilidade civil	Est. ensino e empregador	R\$ 1.500.000	30/05/2012 a 30/05/2013

A administração considera que o montante de cobertura de seguros é suficiente para cobrir eventuais sinistros em suas instalações.

NOTA 19 – SUBVENÇÕES

A FURJ concede bolsas de estudos a alunos, que são beneficiados com recursos oriundos de órgãos públicos, recebendo os seguintes auxílios e subvenções:

	2012	2011
Repasse federais	42.648	200.000
Repasse estaduais	4.575.466	3.428.207
Repasse municipais	1.373.242	958.639
Repasse privados	591.268	500.750
	6.582.624	5.087.596

Os valores de subvenções recebidos do governo federal e recursos privados foram aplicados no Projeto Toninhas, em parceria com a Petrobrás.

As subvenções estaduais e municipais recebidas nos exercícios de 2011 e 2012 foram integralmente utilizadas para concessão de bolsas de estudo para os alunos da graduação de acordo com os critérios de carência estabelecidos nas normas internas da instituição, publicados em editais próprios.

NOTA 20 – GRATUIDADES CONCEDIDAS

As gratuidades concedidas pela Instituição por meio dos seus programas de assistência comunitária, para o amparo à infância, à adolescência e à velhice, bem como promoção ao mercado de trabalho, totalizam o montante de:

	<u>2012</u>			
Receitas	Graduação	Colégio	Total	
. Receita anual nos termos da Lei 9.870/99	(+)	79.934.580	4.640.298	84.574.878
. (-) Inadimplência	(-)	(5.307.591)	(181.692)	(5.489.283)
Total de receitas	(=)	74.626.989	4.458.606	79.085.595
Deduções				
. Cancelamentos e desistências 2012	(-)	(2.947.507)	(190.156)	(3.137.664)
. Bolsa de estudo	(-)	(12.035.862)	(636.542)	(12.672.404)
Total das reduções	(=)	(14.983.369)	(826.698)	(15.810.068)
Receita – base de cálculo	(=)	59.643.620	3.631.908	63.275.527
Benefício mínimo	20%	11.928.724	726.382	12.655.105
PROGRAMAS INSTITUCIONAIS DE BOLSAS				
. Bolsas recursos próprios		2.447.255	-	2.447.255
. PROUNI 100%		2.793.660	-	2.793.660
. PROUNI 50%		810.541	-	810.541
. Ingresso com bolsa graduação 100%		3.038.560	-	3.038.560
. Ingresso com bolsa graduação 75%		1.083.277	-	1.083.277
. Ingresso com bolsa graduação 50%		1.755.338	-	1.755.338
. Ingresso com bolsa graduação 25%		107.231	-	107.231
. Ingresso com bolsa Colégio 100%		-	386.560	386.560
. Ingresso com bolsa Colégio 50%		-	249.982	249.982
Valor de gratuidades alcançadas com bolsas		12.035.862	636.542	12.672.404
% de gratuidades alcançadas com bolsas		20,2%	17,5%	20,0%
Assistência social				
. Projetos de assistência social		191.045	-	191.045
Valor de gratuidades alcançadas com assistência social		191.045	-	191.045
% de gratuidades alcançadas com assistência social		0,3%	0,0%	0,3%
Valor de gratuidades alcançadas		12.226.907	636.542	12.863.449
% de gratuidades alcançadas		20,5%	17,5%	20,3%

No exercício de 2010, a Furj/Univille aderiu ao Prouni (Programa Universidade para Todos). De acordo com a Lei nº 11.096/05, as Instituições que aderirem ao Prouni e forem beneficentes de assistência social devem cumprir 20% em gratuidades das receitas efetivamente recebidas nos termos da Lei nº 9.870/99.

A Furj está em consonância com a Lei nº 12.101/09 e o Decreto Federal nº 7237/10, que trata da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social, e está amparada na Lei de Diretrizes e Bases (Lei Federal nº 9.394/96).

Na área de assistência social a Univille desenvolve e executa programas e projetos voltados à garantia dos direitos e a proteção social de famílias e grupos em situação de vulnerabilidade social. Assim, integra as políticas setoriais mediante a articulação com as demais organizações da sociedade civil, incorporando-se à rede socioassistencial do município de Joinville no sistema de proteção social básica.

As ações estão voltadas para o acesso a benefícios, programas e oportunidades para inserção profissional e competências específicas que facilitem a inserção no mercado de trabalho; para o estímulo ao desenvolvimento sustentável das comunidades do seu entorno e à geração de renda; para a produção e socialização de estudos e pesquisas que ampliem o conhecimento da sociedade sobre seus direitos e para o apoio à rede socioassistencial da região de Joinville no desenvolvimento de serviços, programas e projetos voltados para o público da política de assistência social, prestando assessoria técnica nas diversas áreas de conhecimento.

Abaixo estão descritos os programas que vêm sendo desenvolvidos pela Universidade:

Programa Movimentação Mãe D' Água

O Programa tem como objetivo propor a prática de atividades motoras no meio líquido como referência para o desenvolvimento biopsíquicosocial de pessoas com deficiências. O valor desembolsado em 2012 foi de R\$ 75.855,64.

Matur(a)idade na Univille

O programa tem por objetivo valorizar os saberes do ser humano na maturidade e promover a cidadania e seu bem-estar por meio de atividades educativas e de integração na comunidade. O valor desembolsado em 2012 foi de R\$ 51.013,19.

“Tiarajú – Ivy – marãey” – Em Busca da Terra Sem Males

O Projeto Tiarajú – Ivy – marãey – cujo nome significa a busca da “terra sem males”– tem a proposta de promover a saúde e prevenir a doença na comunidade indígena Tiarajú Guarani Mbyá por meio da interação multidisciplinar entre os acadêmicos da Medicina, Farmácia e Odontologia da Univille e a comunidade indígena Tyarajú. O valor desembolsado em 2012 foi de R\$ 16.091,33.

Economia Doméstica

O Projeto propõe-se a trabalhar junto à comunidade de Joinville, apresentando instrumentos de economia doméstica e sua utilização no dia a dia com o intuito de possibilitar a otimização dos recursos financeiros e evitar, na medida do possível, desperdício. O valor desembolsado em 2012 foi de R\$ 23.702,49.

Amadurecer com Fibra

O Projeto originou-se de dois outros projetos de extensão: A Matur(a) idade e Geração de Renda: Grupo Girassol. Com a conversão do Projeto Matur(a)idade em programa, pensou-se em somar as qualidades dos dois projetos e criar uma nova proposta (que no futuro pudesse integrar o Programa A Matur(a)idade, visando à capacitação para o empreendedorismo de idosos que precisam de um complemento em sua renda mensal). Dependendo de seus desdobramentos, esse projeto pode ainda pode dar luz a um novo programa, com foco na geração de renda. O valor desembolsado em 2012 foi de R\$ 24.382,82.

NOTA 21 – DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS

Os valores usufruídos por meio da isenção concedida pela Lei nº 12.101/09, relativos à quota patronal da Previdência Social e da Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), foram os seguintes:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Cota patronal INSS	9.888.794	8.964.857
Cofins	2.288.339	2.143.001
	12.177.133	11.107.858

REITORIA

Sandra Aparecida Furlan

Reitora

Alexandre Cidral

Vice-Reitor

Sirlei de Souza

Pró-Reitora de Ensino

Cleiton Vaz

Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários

Denise Abatti Kasper Silva

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Raul Landmann

Pró-Reitor de Administração

Josiane Gattis Corrêa Giacomelli

Contadora CRC SC 023.848/O-6